



BRUNO EDUARDO ANDRADE DE CARVALHO

**O COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DOS TRILHEIROS: À LUZ DAS
DIRETRIZES NORMATIVAS RELATIVAS AO CONTEXTO DO TURISMO DE
AVENTURA, EM ATIVIDADES DE MONTANHISMO**

GOIANIA
2024

BRUNO EDUARDO ANDRADE DE CARVALHO

**O COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DOS TRILHEIROS: À LUZ DAS
DIRETRIZES NORMATIVAS RELATIVAS AO CONTEXTO DO TURISMO DE
AVENTURA, EM ATIVIDADES DE MONTANHISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de
Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás
(FIC-UFG), como requisito parcial para a obtenção do título de
Especialista em Letramento Informacional.

Orientador: Prof. Dr. Filipe Reis Dias de Jesus.

GOIANIA
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas UFG.

Carvalho, Bruno Eduardo Andrade de

O comportamento informacional dos trilheiros [recurso eletrônico] : à luz das diretrizes normativas relativas ao contexto do turismo de aventura, em atividades de montanhismo / Bruno Eduardo Andrade de Carvalho. - 2024.

30 f.: il.

Orientador: Prof. Filipe Reis Dias de Jesus.

Trabalho Final de Curso (Especialização em Letramento Informacional) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação, Goiânia, 2024.

Inclui quadros, tabelas.

1. Comportamento informacional. 2. Trilheiro. 3. Caminhada. 4. Turismo de aventura. 5. Normas ABNT. I. Jesus, Filipe Reis Dias de, orient. II. Título.

CDU 02



ATA DA SESSÃO DE DEFESA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 30 dias de julho de 2024, a partir das 10h03, foi realizada a sessão de Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso do discente Bruno Eduardo Andrade de Carvalho com o título O comportamento informacional dos trilheiros à luz das diretrizes normativas relativas ao contexto do turismo de aventura, em atividades de montanhismo orientado pelo professor Dr. Filipe Reis Dias de Jesus.

A Banca Examinadora foi composta pelo(a) professor(a): Dr. Frederico Ramos Oliveira e Me. Josué Pereira da Silva Santos.

Às 11h40, a Banca Examinadora passou a julgamento, tendo o discente sido APROVADO.

Documento assinado digitalmente
 **FILIBE REIS DIAS DE JESUS**
Data: 30/07/2024 19:42:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. _____

Dr. Filipe Reis Dias de Jesus.

Orientador

Documento assinado digitalmente
 **FREDERICO RAMOS OLIVEIRA**
Data: 01/08/2024 10:42:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof(a). _____

Dr. Frederico Ramos Oliveira

Convidado(a)

Documento assinado digitalmente
 **JOSUE PEREIRA DA SILVA SANTOS**
Data: 30/07/2024 19:45:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof(a). _____

Me. Josué Pereira da Silva Santos

Convidado(a)

O COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DOS TRILHEIROS: À LUZ DAS DIRETRIZES NORMATIVAS RELATIVAS AO CONTEXTO DO TURISMO DE AVENTURA, EM ATIVIDADES DE MONTANHISMO¹

Bruno Eduardo Andrade de Carvalho²

RESUMO: O objetivo do trabalho é identificar o comportamento em informação dos trilheiros, praticantes do *trekking* que corresponde às caminhadas em meio à natureza. Verificar os processos de busca e uso de informações por parte deles, na realização de sua práxis. Expõe aspectos relativos às informações normativas sobre as atividades de montanhismo, bem como da literatura sobre a temática. Demonstra critérios e instrumentos de coleta dos dados que consiste em formulário que avalia o comportamento em informação dos trilheiros. Emprega metodologias de natureza exploratória e descritiva para mensuração dos dados e apresentação dos resultados obtidos, em quadros e tabelas, evidenciando a importância de como o comportamento em informação pode atuar como facilitador na interpretação das normas.

Palavras-chave: comportamento em informação; trilheiro; caminhada; turismo de aventura; normas ABNT.

ABSTRACT: The aim of this study is to identify the information behavior of trekkers, who practice hiking in the wilderness. To verify their processes of searching for and using information when carrying out their praxis. It presents aspects relating to normative information on mountaineering activities, as well as the literature on the subject. It demonstrates criteria and instruments for data collection, consisting of a form that evaluates the information behavior of hikers. It employs exploratory and descriptive methodologies to measure the data and present the results obtained in tables and charts, highlighting the importance of how information behavior can act as a facilitator in the interpretation of regulations.

Keywords: informational behavior; hiker; trekking; adventure tourism; ABNT standards.

1 INTRODUÇÃO

Caminhar em meio à natureza, de forma geral, tornou-se popular em um mundo marcado pela ampliação das fontes de informações que levam pessoas a procurarem destinos de *trekking*³. As tecnologias de informação e comunicação modificaram o mundo em uma efetiva globalização e para realizar *trekking* de forma

¹Artigo apresentado ao curso de Especialização em Letramento Informacional: Educação para informação da Universidade Federal de Goiás, orientado pela Prof. Dr. Filipe Reis Dias de Jesus, como requisito parcial para conclusão do curso.

²Pós-graduando do curso de Especialização em Letramento Informacional: Educação para informação da Universidade Federal de Goiás. UFG. E-mail: bruno.carvalho@discente.ufg.br

³ Em tradução literal, significa “caminhada” que corresponde a prática da caminha realizada em meio à natureza.

adequada é importante ser letrado informacionalmente, onde o indivíduo produz conhecimento, sabendo investigar, buscar e usar a informação. A temática deste estudo está relacionada à trajetória pessoal do pesquisador que o descreve, na correlação entre *trekking*, informações normativas e comportamento em informação.

O comportamento em informação é um campo relevante da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Fialho *et al.* (2012) diz que ocorre em contextos diversos da vida dos indivíduos, na pesquisa aos estudos, desenvolvimento profissional, lazer e informações relacionadas às suas necessidades cotidianas.

Portanto, a fim de evidenciar o que tange o perfil do trilheiro na prática, sua tomada de decisão, os riscos inerentes da atividade e suas estruturas normativas à luz das normas ABNT no contexto do seu comportamento em informação. Foi verificada uma oportunidade de realizar um estudo de caso como trabalho de conclusão de curso (TCC) da especialização em Letramento Informacional.

Desta forma, com a revolução provocada pela informação, Floridi (2015 *apud* Cáo *et al.*, 2021) descreve que o ser humano busca em seu processo emancipatório “figuras de felicidade” que fomentam as ofertas da experiência *onlife* produzida pela automação algorítmica e vulgar nos processos de tomada de decisão. Mas o que é o *onlife*? É a experiência da realidade hiperconectada na qual não se dá mais para questionar se os indivíduos estão *on-line* ou *off-line*.

Os impactos das tecnologias digitais causaram enormes transformações como as distinções difusas entre realidade e virtualidade, entre humano, máquina e natureza; informação escassa para informação abundante; mudança de processos e redes que influenciam diretamente os indivíduos (Floridi, 2015 *apud* Bassani, 2020).

O trabalho pretende ser uma contribuição ao conhecimento teórico e prático, considerando os desafios enfrentados por praticantes de *trekking* na interpretação das normativas, bem como o comportamento em informação pode atuar como facilitador. A interação entre o comportamento em informação e a prática do montanhismo, permite identificar lacunas de pesquisas, no sentido do conhecimento, uso e estratégias que possam promover uma melhor compreensão das normativas. O estudo pode ser uma ferramenta para pesquisas futuras nesta temática.

Acerca do problema, a questão é: Qual é o comportamento em informação dos trilheiros? Sobre os objetivos deste trabalho, em nível de objetivo geral é identificar o comportamento em informação dos trilheiros, a fim de compreender a busca e o uso das informações por parte deles. Os objetivos específicos são:

compreender a literatura sobre comportamento em informação e suas concepções, a fim de identificar os tipos de comportamento em informação; identificar a literatura sobre indivíduo denominado “trilheiro”, com objetivo de compreender essa prática; verificar o comportamento em informação dos trilheiros, a fim de identificar suas relações com informações normativas sobre suas atividades de montanhismo.

Como justificativa, o presente estudo foi proposto pelo motivo do enorme interesse do autor acerca da representação nos instrumentos normativos, a Norma Brasileira Regulamentadora (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que, conforme o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO, 1992, p. 10), é a instituição a “[...] qual compete coordenar, orientar e supervisionar o processo de elaboração de Normas Brasileiras, bem como elaborar e editar as referidas Normas”.

Sobre o “trilheiro” que segundo Freire (2020) corresponde a pessoa movida pelo desejo do contato com a natureza, sendo, a caminhada, a atividade física que permite tal relação. Uma prática onde ela se preocupa com o andar, um comportamento instrumental, uma caminhada numa perspectiva esportiva que permite se caracterizar como a prática do *trekking*. Especificamente neste estudo, o turismo de aventura, em atividades de montanhismo, corresponde à atividade de aventura para fins turísticos envolvendo um grau de instrução ou de liderança, bem como de risco deliberadamente aceito, em especial, no ato de subir montanhas mediante caminhadas ou escaladas (ABNT, 2014; Fernandes, 2017).

Este estudo demandou uma análise focada em identificar e compreender o comportamento em informação dos trilheiros, bem como expõe a importância e a função das normas ABNT em relação ao turismo de aventura. Assim, o autor que escreveu este artigo crê na importância de descrever uma atividade com a qual ele se identifica com o olhar à luz da normalização e do comportamento em informação para a área de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

2 METODOLOGIA

Neste tópico serão expostos os procedimentos metodológicos que foram utilizados para a realização desta pesquisa e que serão descritos a seguir.

Segundo Gil (2002), a pesquisa tem o caráter exploratório e o objetivo de proporcionar maior familiaridade com a temática e o problema, bem como este estudo é considerado de caráter descritivo, pois, descreve as características dos

trilheiros e das normativas. Conforme Yin (2001), a escolha na investigação, via estudo de caso, se dá por ele ser encarado como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno dentro do seu contexto real, onde limites entre fenômeno e contexto não são claramente percebidos.

O recorte utilizado acerca da população constitui em um total de 27 trilheiros participantes da pesquisa e não representa o universo total de trilheiros, mas um pequeno delineamento de praticantes. O método de amostragem utilizado é de amostragem não probabilística intencional, adotado para o desenvolvimento do questionário. “A seleção de amostras intencionais ou por julgamento são realizadas de acordo com o julgamento do pesquisador. Se for adotado um critério razoável de julgamento, pode se chegar a resultados favoráveis” (Oliveira, 2001, p. 6).

Com base em Gil (2002) a coleta de dados foi proveniente da convergência de fontes de evidências e observação, reunidas e amparadas da elaboração de questionário que recolheu informações qualitativas e quantitativas em relação aos trilheiros e as normativas que norteiam os atores envolvidos.

Foi produzido um questionário contendo 21 perguntas fechadas, uma aberta e uma pergunta para envio do termo de autorização, via plataforma *Google Forms* (Questionários..., 2024).

Desta forma, o termo foi enviado no período entre 27/05/2024 até 07/06/2024, mediante contato por correio eletrônico, redes sociais e pelo próprio autor. As fontes definidas, coletadas e utilizadas para a técnica de coleta de dados, foram informações contidas nas normas e na literatura sobre a temática obtida em livros, artigos de periódicos e sites especializados em *trekking*.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Exposição dos conceitos, baseados na literatura da área sobre: comportamento em informação; pessoas que realizam *trekking*, denominados trilheiros; normalização técnica acerca das atividades de turismo de aventura, montanhismo e escalada, caminhada de longo curso baseado nas normas da ABNT.

3.1 Comportamento em informação

O comportamento em informação em conjunto a busca de informações requerem que o indivíduo saiba avaliar e conhecer diversas fontes de informações e suas características. Este estudo abre possibilidades de diferentes perspectivas de

busca, uso e utilização da informação no contexto do *trekking*.

Araújo (2016) descreve que os estudos de usuários constituem uma temática de pesquisa com larga tradição desde a década de 1930. Os estudos foram temas recorrentes nos programas de graduação e de pós-graduação, em diversos países, nas áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação. Especificamente, no Brasil, começaram na década de 1970.

Ao longo dos anos, houve a verificação da existência de três grandes modelos de estudos de usuários da informação: “estudos de uso”, origens nos anos de 1930; estudos de “comportamento informacional”, do final da década de 1970; e estudo das “práticas informacionais” de meados da década de 1990 (Araújo, 2016).

Dito isto, segue a diferenciação descrita a seguir no Quadro 1:

Quadro 1 – Modelos de estudos de usos e usuários

Definições	
Estudos de Uso	Sempre foram predominantes no Brasil pela sua fácil aplicabilidade e operacionalização com a realização de questionários que são aplicados a grupos de usuários. Os dados são quantificados, tabulados e correlacionados que proporcionam indicadores de perfil, dados de acesso, uso de fontes e sistemas de informação, bem como a correlação de indicadores para detectar as variáveis intervenientes.
Comportamento Informacional	Tem origem numa situação problemática (um estado anômalo de conhecimento, ou seja, a percepção de uma lacuna no conhecimento), que é o mecanismo ativador das ações de busca por informação, elemento determinante do processo, pois é a partir dela que o indivíduo se engaja no processo de busca que resultará no encontro e uso da informação. Aborda a aquisição das competências em informação, privilegiando o comportamento do indivíduo em uma abordagem essencialmente cognitivista.
Práticas Informacionais	É sensível à percepção de como o usuário assume distintas condições de sujeito, conforme o contexto e a sua inserção social, interferindo naquilo que é o “coletivo”. Considera o contexto no qual o indivíduo está inserido e suas interações sociais com o meio. Nesse caso, a informação é vista juntamente com os aspectos socioculturais que a constitui.

Fonte: Araújo (2009, 2016); Lima (1994); Melo *et al.* (2021); Talja (1997).

Segundo Wilson (2000), o comportamento informacional, reconhecido nos dias atuais como comportamento em informação, é todo comportamento humano relacionado às fontes e canais de informação, incluindo a busca ativa e passiva de informação e o uso da informação.

Wilson (2000 *apud* Gasque; Costa, 2010, p. 22) propôs quatro definições ao comportamento informacional, ou seja, o comportamento em informação: a primeira “comportamento informacional” que representa a totalidade do comportamento humano em relação ao uso de fontes e canais de informação, incluindo a busca da informação passiva ou ativa; a segunda, “comportamento de busca da informação” que representa a atividade ou ação de buscar informação em consequência da

necessidade de atingir um objetivo; a terceira, “comportamento de pesquisa de informação” que é o nível micro do comportamento, em que o indivíduo interage com sistemas de informação de todos os tipos; por fim, a quarta, “comportamento do uso da informação” que constitui o conjunto dos atos físicos e mentais e envolve a incorporação da nova informação aos conhecimentos prévios do indivíduo.

Segundo Carvalho (2014) o comportamento informacional, ou seja, o comportamento em informação corresponde às ações que um indivíduo efetua no percurso de uma pesquisa. Desde a identificação, a necessidade de informação até a recuperação da informação para solucionar o problema. Quando o indivíduo entra em um processo de busca por informação para sanar um problema, vários fatores exercem influência no seu comportamento, culturais, sociais, nível de instrução e a própria subjetividade na interpretação da informação, afetando o que é útil ou não.

Gasque (2010, 2012) diz que o comportamento informacional, ou seja, o comportamento em informação foi cunhado na década de 1990 por Thomas Wilson, que descreveu o comportamento informacional humano abrangendo a totalidade das atividades de interação do ser humano com os canais e fontes de informação, bem como dos subtópicos de pesquisa da área do comportamento em informação que são: “busca, pesquisa e uso da informação”.

Os subtópicos do comportamento em informação são descritos no Quadro 2:

Quadro 2 – Subtópicos do comportamento em informação

Definições	
Busca da Informação	Quando as pessoas entram em contato com as fontes de informação, com os canais de informação, são as formas de interagir com a informação. Quando as pessoas usam bibliotecas, unidades de informação ou buscam informação com os vizinhos, às vezes com especialistas, às vezes com professor, às vezes por meio de rádio, TV, dentre outros.
Pesquisa da Informação	Quando as pessoas entram em contato com as máquinas, está mais restrita e relacionada especificamente a questão da interação com a máquina. Quando as pessoas têm interação com os canais, ocorrem basicamente da interação entre o ser humano e os sistemas de informação como, por exemplo, estudos sobre como as pessoas usam determinados portais, como as pessoas utilizam determinadas bases de dados, quais os obstáculos que as pessoas têm em relação a buscar informação, estratégias, dentre outros.
Uso da Informação	Quando as pessoas vão transformar a informação em conhecimento. Não é muito utilizado na área de Ciência da Informação e sim na área da Educação, pois, é a forma como a pessoa vai apreender a informação.

Fonte: Adaptado de Gasque (2010, 2012).

Wilson (2000 *apud* Nascimento; Vitoriano, 2017, p. 129-131) afirma que o comportamento de busca informacional ou ‘*information seeking behavior*’ é definido como uma busca intencional para a obtenção de informações, fruto da demanda

intrínseca de informação, seja no alcance de seus objetivos e no decorrer da busca o indivíduo pode interagir com os sistemas de informação manuais (biblioteca ou jornal) ou sistemas de computador (internet). O comportamento de pesquisa informacional ou *'information searching behavior'* é o nível micro do comportamento do pesquisador na interação com sistemas de informação. O comportamento de uso da informação ou *'information use behavior'* representa as ações físicas e mentais para a incorporação das informações obtidas na base do conhecimento da pessoa.

Portanto, entende-se o comportamento em informação como processo natural do indivíduo no papel de aprendiz. Obriga, naturalmente, a compreensão e o entendimento das conexões existentes no espaço-tempo em que surgem necessidades de busca, uso e transferência da informação (Gasque; Costa, 2010).

Deste modo, o ato que envolve as ações do indivíduo na demanda intrínseca de informação, suas necessidades informacionais e a busca pela informação estão atreladas ao comportamento em informação, que é essencial para a recuperação adequada de informação e, assim, atingir um objetivo ou solucionar um problema. Para praticar *trekking* adequadamente o trilheiro necessita buscar e usar a informação para produzir conhecimento, isto é, investigar problemas, visando a chegar às conclusões. Assim, acerca dos riscos é preciso ter um comportamento em informação que possa abranger competências, habilidades, técnicas, dentre outros.

3.2 Turismo e turismo de aventura

No intuito para que seja possível entender conceitualmente o turismo de aventura, é necessário fazer uma síntese acerca da sua grande área temática que é o turismo.

Assim, visando-se chegar a um entendimento, serão descritos a seguir no Quadro 3 algumas definições e conceitos sobre o turismo:

Quadro 3 – Definições sobre turismo

Autor	Definições
Schattenhofen (1911)	Conceito que compreende os processos, especialmente, os econômicos manifestados na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou Estado.
Arrillaga (1976)	Conjunto de deslocamentos voluntários e temporais determinados por causas alheias ao lucro; conjunto de bens, serviços e organizações que determinam e tornam possíveis tais deslocamentos, relações e fatos que entre aqueles e os viajantes
Organização Mundial do Turismo (1992)	Soma de relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporária e voluntária motivada por razões alheias a negócios ou profissionais.

Moesch (2005)	Derivado do tráfego de pessoas, o que é considerado por diversos autores como o período da pré-história do Turismo, pois, ocorreu antes de suas manifestações massivas, no qual ele aparece pelo movimento, diga-se, tráfego de turistas entre países.
---------------	--

Fonte: Arrilaga (1976); Moesch (2005); Organização Mundial do Turismo (1992); Schattenhofen (1911).

Neste sentido, Wearing e Neil (2014) indicam que as obras que tratam das tipologias do turismo dão mais atenção as variações particulares no que se referem às classificações, muitas vezes, com uma forma particular de turismo sendo colocada em diversas categorias.

Desta forma, Mieczkowski (1995) simplifica o turismo em duas amplas categorias, a primeira de “turismo convencional de massa”, uma forma de organização do turismo que envolve o agenciamento da atividade, a interligação entre agenciamento, transporte e hospedagem, proporcionando o barateamento dos custos de viagem.

A segunda do “turismo alternativo” definida como formas de turismo que demonstram ser coerentes com os valores natural, social e comunitário permitindo que tanto hospedeiros quanto hóspedes, quanto hóspedes, desfrutem uma interação positiva e conveniente, compartilhando experiências. Basicamente, em pequena escala, dispersas em áreas não urbanas e atendendo ao interesse especial de grupos de pessoas (Cruz, 2003; Wearing; Neil, 2014).

No modelo de Mieczkowski (1995) acerca de turismo convencional de massa e turismo alternativo, o autor descreve o turismo de aventura como parte do ecoturismo, portanto, é preciso diferenciá-los.

Borges (2018) descreve esta diferenciação em que o turismo de aventura corresponde à modalidade em que o turista realiza atividades de aventura relacionada à “experiência física e sensorial recreativa que envolve desafios e que podem proporcionar sensações diversas como liberdade, prazer e superação”. Já o ecoturismo é uma viagem responsável em áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local, possuindo entre seus princípios a conservação do patrimônio natural, cultural e a consciência ambiental.

O Ministério do Turismo (Brasil, 2008) descreve o ecoturismo como um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural, cultural, incentivando sua conservação e consciência ambientalista, já o turismo de aventura é um dos setores do turismo em maior crescimento, representando 2% do turismo mundial (Rojo-Ramos *et al.*, 2020).

A Organização Mundial do Turismo (2003) expõe que o turismo de aventura se baseia em características naturais, diferentemente dos passeios tradicionais, levando a pessoa ao contato íntimo com o ambiente e torna-o algo a ser desafiado e enfrentado, congregando a isto o lado físico e emocional.

O Ministério do Turismo define o turismo de aventura como:

Mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional, em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envolvam riscos controlados exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sócio-cultural (Brasil, 2005).

Uvinha (2005) descreve “[...] turismo de aventura é um segmento em que se pode verificar uma relação aproximada com a prática dos ditos esportes de aventura”. Sendo assim, possui como componentes a ação, a prática e o risco. Permite ao turista transcender a posição de mero expectador a situar-se como ator, dado pelo desejo de praticar uma tarefa que provoque a sensação de imprevisibilidade (Gold; Revill, 2003; Oliveira, 2009; Widmer *et al.*, 2010).

Outra definição sobre o turismo de aventura se dá na soma dos fenômenos e relacionamentos derivados das interações de atividades turísticas de aventura com o mundo natural, fora do local de residência habitual do participante. Contém componentes de risco, nos quais os resultados são influenciados pela participação, pelo ambiente e pela experiência (Swarbrooke *et al.*, 2003).

Em suma, o turismo de aventura é um conjunto de práticas que abrangem riscos, adrenalina, aventura, habilidades, competências e o uso de equipamentos, por parte dos trilheiros envolvidos na relação com a natureza.

3.3 Fontes sobre turismo de aventura: normas ABNT

Porém, devido à revolução tecnológica, informações que visam sanar necessidades informacionais para o *trekking* tornam-se um produto. Empresas e pessoas ligadas ao ramo se adéquam aos avanços tecnológicos para se manterem competitivos. Existe uma publicidade programática orientada para determinada pessoa de acordo com suas pegadas digitais, tudo feito sobre medida!

Neste sentido, Cacho e Azevedo (2010) descrevem que a demanda turística é impulsionada pela ampliação das fontes de informação às quais o turista possa vir a ter acesso, bem como sem informação, não existe turismo, porque o turista, como o

principal ator do processo, não reside no ambiente a ser explorado ou visitado.

A internet e as redes sociais são exemplos de fontes de informação para o turismo de aventura, são veículos difusores dos serviços e informações turísticas. Nos anos 1970, as atividades turísticas sofreram mudanças com a aplicação das redes de computadores, possibilitando melhores produtos e serviços. Nos anos 1980, companhias aéreas dominaram novos mercados com sistemas de reservas. A partir dos anos 1990, a internet possibilitou sistemas de distribuição globais, ou seja, fonte de informação de turismo ou turismo de aventura (Quevedo, 2007).

Magalhães (2021) descreve os aplicativos de *trekking* como ferramentas e boas fontes de informação. É possível realizar a integração entre a comunidade de trilheiros, planejamento, segurança, monitoramento e armazenamento dos trajetos, bem como compartilhar as experiências, melhorar desempenho, contatos de segurança, localização em tempo real e navegação modo *off-line*, dentre outros.

Portanto, para descrever informações normativas do turismo de aventura é fundamental a elucidação sobre normas. O trabalho humano não deve ser produzido uma única vez, toda a sociedade necessita aprender como fazer. O conhecimento teórico, prático, a preservação e a transmissão da produção do desenvolvimento fazem o trabalho humano se tornar material por meio de procedimentos, regras, instruções e modelos, que podem ser repetidos, ensinados e aprendidos.

Assim, para que bens materiais tenham condições de evoluir, se faz necessário ensinar e aprender a desenvolver por intermédio de uma linguagem universal. A normalização técnica, posta aos fornecedores exigências, protegendo consumidores, a saúde humana e o meio ambiente, tendo suas criações, por intermédio das avaliações feitas por comissões de estudos (ABNT, 2011).

Segundo Dias (2003), a necessidade de padronizar na indústria, proporcionou um avanço e desenvolvimento no setor. A normalização técnica permitiu acelerar a produção e a conformidade dos produtos e serviços produzidos. A ABNT foi fundada em 1940 e faz parte da *International Organization for Standardization* (ISO), da Comissão Pan-americana de Normas Técnicas (COPANT) e da Associação Mercosul de Normalização (AMN), hoje, a representante do Brasil (ABNT, 2011).

Nessa perspectiva, a Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura (ABETA) no cerne acerca das normas relativas ao turismo de aventura, corresponde a 44 normas técnicas ABNT NBR, sendo 19 normas técnicas internacionais ABNT NBR ISO, conforme detalhamento especificado no Quadro 4:

Quadro 4 – Lista das normas técnicas de todos os segmentos do turismo de aventura

Número	Título
NBR ISO 21102	Líderes
NBR 15285	Condutores
NBR ISO 21101; NBR 15334	Sistemas de gestão da segurança
NBR ISO 21103	Informações para participantes
NBR 15500	Terminologia
NBR 15397	Condutores de montanhismo e de escalada
NBR 15398	Condutores de caminhada de longo curso
NBR 15383; NBR 15453	Condutores de turismo fora-de-estrada veículos 4x4 ou bugues
NBR 16707	Turismo com veículos quadriciclos e triciclos
NBR 15370	Líderes de rafting
NBR 16708	Rafting
NBR 16948	Turismo em atividades aquáticas
NBR 15399	Líderes de espeleoturismo de aventura e vertical
NBR 15503	Espeleoturismo de aventura
NBR 15400	Líderes de canionismo e cachoeirismo
NBR 16760	Canionismo e cachoeirismo
NBR 15501; NBR 15502	Técnicas verticais
NBR 15505-1; NBR 15505-2	Turismo com atividade de caminhada
NBR 15509-1; NBR 15509-2	Cicloturismo
NBR 15507-1; NBR 15507-2	Turismo equestre
NBR 15508-1; NBR 15508-2	Parque de arvorismo
NBR 16714	Bungee jump
NBR ISO 24801-1; NBR ISO 24801-2; NBR ISO 24801-3; NBR ISO 24802-1; NBR ISO 24802-2; NBR ISO 24803; NBR ISO 11107; NBR ISO 11121; NBR ISO 13289; NBR ISO 13970; NBR ISO 13293; NBR ISO 21416; NBR ISO 21417; NBR ISO 24804; NBR ISO 24805	Serviços de mergulho recreativo
NBR ISSO 20611	Boas práticas de sustentabilidade

Fonte: Adaptado de ABETA (2021); ABNT (2023).

Assim, especificamente, o estudo é embasado nas normas ABNT NBR 15285, ABNT NBR 15397, ABNT NBR 15398, temática do turismo de aventura que corresponde às atividades relacionadas aos praticantes e condutores de caminhada de longo curso, atividades de montanhismo e escalada (ABNT, 2005, 2006a, 2006b).

Mas porque estas normas? Os motivos de seleção destas normas são porque contemplam o turismo de aventura no segmento do *trekking* e montanhismo. Possuem como objetivos a competência, seja na capacidade, desenvolvimento e aplicação dos conhecimentos, habilidades e atitudes no desempenho da atividade, para a solução de problemas, gerando resultados esperados.

No perfil do condutor, profissional ou autônomo, na organização ou pessoa que adquire e usufrui da atividade de turismo de aventura. Na prática da caminhada em ambiente de montanha, ambientes naturais, diurno ou noturno. Nas

responsabilidades, ações, contingências e recursos em situações adversas, incidentes, emergências e aspectos relevantes da operação (ABNT, 2005, 2006a, 2006b).

De forma sucinta, são descritas a seguir os resultados esperados e as competências expostas nas normas ABNT NBR 15285, ABNT NBR 15397, ABNT NBR 15398. Cumprimento da legislação e planejamento; organização e orientação na programação, logística e operação; utilização adequada dos equipamentos; liderar, planejar, instruir e conduzir indivíduos ou grupos; gerenciamento dos riscos e situações de emergência; prevenção e minimizar os impactos ambientais e socioculturais; conhecimentos de conservação, avaliação e técnicas para uso dos equipamentos e gerenciamento dos riscos; habilidades na comunicação oral, atitudinal, acuidade, técnicas de caminhada e tomada de decisão; elaboração de plano de contingência (ABNT, 2005, 2006a, 2006b).

Portanto, em conformidade com as competências e habilidades apontadas nas normas, o praticante deverá ter condicionamento físico adequado e conhecimentos relacionados às normas do turismo de aventura. As montanhas são refúgios da biodiversidade, logo, suas distintas altitudes estão sujeitas a diferenciadas condições de temperatura, umidade, espécies e ambientes (Nunes; Oliveira; Wildhagen, 2021; Spink; Aragaki; Alves, 2005).

Por fim, é importante que os envolvidos demonstrem suas competências, por intermédio da participação regular nas atividades de montanhismo, por exemplo, através dos seus registros. As normas, através do processo de normalização, visam assegurar e assimilar a produção documental, tecnológica e científica. Conferindo credibilidade as obras, serviços e produtos que dispõem determinado padrão.

3.4 O praticante do *trekking*, denominado trilheiro

Neste momento, pretendo definir quem é o trilheiro? Quem pratica *trekking*? Para a pesquisa é importante considerar o trilheiro como um praticante de trekking, ou seja, faz caminhada como atividade física e anda em trilhas no intuito do desenvolvimento de suas habilidades.

Freire (2020) descreve a caminhada como um ato que possui carga antropológica, pois, as motivações, intenções ou ambientes em que esta ação é praticada hoje, por exemplo, não são as mesmas que nossos ancestrais. Ao decorrer da vida, quando desenvolvemos habilidades, somos capazes de atravessar

e investigar o ambiente de forma mais ampla.

Caminhada em meio à natureza é uma herança herdada dos antepassados e o ato de caminhar pelas matas, recebe o nome de caminhada em trilhas ou *trekking*. Aqueles que praticam, são denominados “trilheiros”. Outra denominação similar é a de caminhada ecológica que faz parte do turismo de aventura (Augusti, 2014).

O trilheiro pode ser definido através das pessoas que procuram atividades em meio à natureza. Pessoas que buscam sair da rotina, diminuir o estresse e praticar esportes juntos à natureza. Consideram a caminhada como atividade física para desenvolvimento de suas habilidades, um esporte, um meio para se conectar com a natureza. O *trekking* é ligado ao esporte pela necessidade técnica, equipamentos, desempenhos e as dificuldades (Freire, 2020; Pereira; Pimentel; Lara, 2004).

Segundo Freire (2020), algumas características que podem definir o trilheiro são as seguintes:

Movido pelo **desejo do contato com a natureza**, porém, considerando a caminhada como a atividade física que permite esse contato. Nesse sentido, ele pensa sobre a caminhada como uma prática a ser aprimorada para alcançar seu melhor desempenho naquilo. Por isso, aponto que o trilheiro **se preocupa com o andar** (em contraponto ao caminhar), já que sua intencionalidade remete à técnica. Além disso, nesse sentido, há maior destaque para a escala individual da prática, **preocupando-se em pensar seu nível de experiência, suas habilidades, seus equipamentos que permitem aprimoramentos** e afins (Freire, 2020, p. 173, grifo nosso).

Conforme Gomes (2013), trilhas podem ser classificadas na proporção do seu grau de dificuldade, seja fácil (leve), moderada e difícil (pesada). A prática do *trekking* permite classificar em diversas categorias e como este estudo é em nível de montanhismo, ato de caminhar em longas distâncias, a categoria é das travessias.

Rózycki e Dryglas (2014) dizem que a prática do *trekking* pode ser considerada um dos fenômenos dos séculos XX e XXI. Menzel, Dreyer e Ratz (2012) indicam não haver definição universalmente válida para o *trekking*, tendo em vista que as definições são realizadas conforme entendimentos e abordagens específicas, mas no entendimento geral são caminhadas e seus termos relacionados, caminhada de montanha, de longa distância, a pé, em esquis ou veículos, expedições, travessias, dentre outros (Magri *et al.*, 2018).

Fernandes (2019) diz que no Brasil, o termo *trekking* foi empregado como caminhadas ao ar livre por trilheiros que praticam atividades na natureza. Reuter e Pechlaner (2012) e Mattes *et al.* (2021) indicam a prática como uma atividade de

desenvolvimento sustentável de produtos turísticos da área do turismo de aventura.

Anjos (2023) e Rojo-Ramos *et al.* (2020) descrevem que na Europa e no Brasil, a escolha do *trekking* como atividade de turismo de aventura em atividades de montanhismo, majoritariamente, se dá em parques, com a faixa etária dos trilheiros, entre 20 e 60 anos de idade. Sobre gênero, a porcentagem é próxima de 50% tanto para homens, quanto mulheres. Sobre o nível de escolaridade, tende a ser elevado, o que sugere certos conhecimentos em termos de educação ambiental.

Segundo a concepção de Freitas (2022), o perfil “mais trilheiro”, ou seja, um “trilheiro raiz” corresponde aqueles que fazem o uso de calçados mais adequados, desejam passar maior tempo nas trilhas, aceitam menores níveis de sinalização, preferem menos encontros, em outras palavras, trilheiros que costumam percorrer trilhas com grande frequência, com vestuário e equipamentos especializados para atividades nos ambientes naturais. A compreensão deste perfil de trilheiro, aponta a correlação entre a práxis, os conhecimentos, ambientes, concepções e as próprias necessidades dos trilheiros nas atividades de montanhismo.

O elo entre as demandas individuais dos trilheiros, a necessidade de informações para a prática e o uso adequado das trilhas, possibilita a pesquisa no contexto do comportamento em informação. O aperfeiçoamento do trilheiro é relacionado pela demanda intrínseca de informação, seja para o alcance dos seus objetivos no *trekking*, na alteração de seu comportamento ou mesmo na resolução de um problema ao realizar a prática.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como apresentação e análise dos resultados desta pesquisa, foi elaborado um questionário para obter informações qualitativas e quantitativas, a fim de caracterizar trilheiros e verificar o comportamento em informação deles, bem como identificar suas relações com informações normativas. O recorte constituiu 27 trilheiros respondentes da pesquisa. Assim, no Quadro 5, são expostos os resultados, em nível de dados de caracterização, correlacionando os trilheiros a literatura exposta no referencial teórico e normas ABNT NBR 15397 e NBR 15398.

Quadro 5 – Porcentagem e total dos resultados obtidos nas perguntas enumeradas 1 a 8

1) Informe qual a sua faixa etária.			
Entre 21-30 anos	Entre 31-40 anos	Entre 41-50 anos	Entre 51-60 anos
15% (4)	48% (13)	33% (9)	4% (1)

2) Informe o seu sexo.						
Masculino			Feminino			
67% (18)			33% (9)			
3) Informe a sua renda familiar.						
De 1 a 3 salários		De 4 a 9 salários		De 10 a 15 salários		
56% (15)		37% (10)		7% (2)		
4) Informe o seu nível de escolaridade.						
Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	Especialização Incompleta	Especialização Completa	Mestrado Incompleto	Mestrado Completo
11% (3)	18% (5)	30% (8)	15% (4)	18% (5)	4% (1)	4% (1)
5) Informe há quanto tempo que você faz trekking.						
De 1 a 3 meses	De 4 a 11 meses	De 12 a 36 meses	De 37 a 60 meses	Acima 61 meses		
11% (3)	15% (4)	15% (4)	11% (3)	48% (13)		
6) Qual nível de trilheiro você se identifica.						
Praticante de trilhas leves		Praticante de trilhas moderadas		Praticante de trilhas pesadas		Praticante de trilhas extras pesadas
44% (12)		30% (8)		15% (4)		11% (3)
7) Qual o seu tempo gasto ao realizar trilhas?						
Até 1h00min.	Até 3h00min.	Metade de um dia	Um dia inteiro	Mais de um dia		
4% (1)	30% (8)	6% (2)	30% (8)	30% (8)		
8) Qual o seu calçado preferido para praticar trekking?						
Chinelos e/ou sandálias		Calçado comum		Tênis de corrida		Botas
4% (1)		4% (1)		29% (8)		63% (17)

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Nas questões enumeradas de 1 a 4, no sexo dos participantes, o resultado representa dois terços para homens e um terço para as mulheres. Tal ponto a respeito do sexo, foi o único que não está em conformidade ao que é descrito por Anjos (2023) e Rojo-Ramos *et al.* (2020), os demais estão semelhantes.

Os autores descrevem a faixa etária entre 20 e 60 anos, a renda sendo mais elevada, mostrando o *trekking* como uma prática que não é tão acessível e econômica, bem como o nível de escolaridade dos trilheiros que sugere conhecimentos em termos de educação ambiental, onde apenas 3 indicaram possuir ensino médio e os demais com ensino superior incompleto ou outro grau de instrução superior (Anjos, 2023; Rojo-Ramos *et al.*, 2020).

Na caracterização dos trilheiros, às questões enumeradas de 5 a 8, conforme a concepção de Freitas (2022) identificam o perfil “mais trilheiro”, ou seja, praticantes que realizam a atividade com maior frequência. A partir dos resultados, foi possível notar que quase a metade, 13 trilheiros praticam *trekking* a mais de cinco anos. Em contrapartida, também quase a metade, 12 trilheiros, se identificam como praticantes de trilhas leves, diante disso, infere-se que os demais são praticantes em níveis de trilhas moderadas, pesadas e extras pesadas são considerados “trilheiros raiz”.

Sobre o critério de tempo gasto na realização das trilhas, os resultados foram variados. Por fim, mais de dois terços, utilizam como calçados preferidos, as botas,

um equipamento individual típico para a operação de montanhismo de acordo com as normas ABNT NBR 15397 e NBR 15398, bem como em nível de conhecimento de normas, quais normas e informações encontradas nelas pelos trilheiros, tais questionamentos são realizados nas questões n. 14 e n. 17.

Nesta perspectiva, a tabela 1 contempla às questões enumeradas de 9 a 11 que finalizam a parte de caracterização dos trilheiros:

Tabela 1 – Porcentagem e total dos resultados obtidos nas perguntas enumeradas 9 a 11

Questão	Porcentagem	Total
9) Qual(is) o(s) equipamento(s) todo o trilheiro/montanhista precisa ter para praticar <i>trekking</i>? (Marque quantas opções forem necessárias).		
Tênis e/ou botas	100%	27
Mochila e/ou sacolas	100%	27
Barraca e/ou saco de dormir	41%	11
Kit de primeiros socorros	85%	23
Lanternas e/ou canivetes	63%	17
10) Em relação à prática do <i>trekking</i>, qual(is) representação(ões) e classificação(ões) listada(s) abaixo, você possui conhecimento? (Marque quantas opções forem necessárias).		
Altimetria e mapas	59%	16
Grau de severidade do meio	18%	5
Grau técnico do percurso	22%	6
Grau de esforço físico	37%	10
Orientação no percurso	78%	21
11) Numa escala de 1 a 5, sendo 1 “péssima”, 2 “ruim”, 3 “regular”, 4 “boa” e 5 “ótima”, qual a sua preferência acerca das sinalizações que indiquem os caminhos nas trilhas e os riscos inerentes delas.		
Escala 1	0%	0
Escala 2	0%	0
Escala 3	37%	10
Escala 4	11%	3
Escala 5	52%	14

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Analisando as respostas, na questão 9 sobre equipamentos que todo trilheiro precisa, nota-se que unanimemente são apontados tênis e/ou botas, mochilas e/ou sacolas. Assim, trilheiros sabem que estes equipamentos são importantes porque, majoritariamente, as fontes de informação para *trekking* indicam que o melhor jeito de fazer uma caminhada tranquila é com um bom calçado e mochila. Respectivamente, mais de 80% e 60% o uso de kit de primeiros socorros e lanternas e/ou canivetes. Entretanto, deduz-se que barraca e/ou saco de dormir é um reflexo da questão 8, já que os dados são próximos daqueles que optam por mais de um dia ao realizar trilhas, algo que requer o equipamento para acampar e dormir.

Ressalto que na questão n. 9 sobre equipamentos que todo trilheiro precisa, foi disponibilizado um campo de resposta para citar outros, além das opções

disponíveis na questão, assim, foram indicadas também alimentação e hidratação que não são equipamentos. Contudo, em nível de equipamentos foram respondidos, geolocalização, isqueiro, viseira, protetor solar, roupas, fogareiro e lixo orgânico, equipamentos típicos para a operação de montanhismo e descritos nas normas ABNT NBR 15397 e NBR 15398.

As questões 10 e 11 apontam conhecimentos e preferências em nível de representações, classificações e sinalizações. Constatou-se que mais da metade tem conhecimento em orientação no percurso, altimetria e mapas. Em relação às classificações de graus, ponto importante para quem pratica o conhecimento é menor conforme indicado na tabela 1. Observou-se que mais da metade dos trilheiros, preferem a escala ótima nas sinalizações que indique um caminho. A questão 11 tem o desvio padrão de 20%.

Na tabela 2 são contempladas às questões enumeradas de 12 a 14 que fazem parte dos dados de conteúdo, busca e fontes de informação:

Tabela 2 – Porcentagem e total dos resultados obtidos nas perguntas enumeradas 12 a 14

Questão	Porcentagem	Total
12) Você encontra informações sobre sua prática de <i>trekking</i>?		
Sim	15%	4
Não	4%	1
Parcialmente	81%	22
13) Com base nas atividades abaixo relacionadas, assinale as alternativas que te levam a buscar informação, com maior frequência, sobre uma trilha que você deseja fazer. (Marque quantas opções forem necessárias).		
Curiosidades do local	52%	14
Percurso para chegar ao local	44%	12
Segurança e ambiente	85%	23
Distância e elevação	81%	22
Equipamentos necessários	70%	19
14) Assinale qual(is) a(s) fonte(s) de informação que você mais utiliza para estudos, pesquisas ou mesmo na prática do <i>trekking</i>. (Marque quantas opções forem necessárias).		
Livros impressos e/ou livros eletrônicos	4%	1
Periódicos científicos impressos e/ou periódicos eletrônicos	0%	0
Revistas gerais e/ou revistas especializadas (não científicas)	7%	2
Trabalhos acadêmicos (teses, dissertações, tcc's)	0%	0
Documentos cartográficos (atlas, mapas, guias, etc.)	22%	6
Documentos audiovisuais (vídeos, podcasts, etc.)	59%	16
Normas técnicas e/ou manuais técnicos	7%	2
Aplicativos	44%	12
Sites especializados	48%	13
Redes sociais e/ou influenciadores	89%	24
Outros trilheiros	89%	24

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Wilson (1981) diz que a necessidade informacional é algo subjetivo e que nasce na mente do usuário, não sendo possível observar o processo de forma

completa. Assim, os resultados da tabela 2, em nível de busca de informações, apontaram que 81% dos trilheiros encontram, parcialmente, informações sobre *trekking*. Desta forma, salientando que os trilheiros poderiam assinalar mais de uma alternativa, nas questões 13 e 14 expõem que 70% ou mais buscam informações sobre segurança, ambiente, distância, elevação e equipamentos. De certo modo, pode-se observar um critério maior no que diz respeito à segurança.

Entretanto, em nível de fontes de informação, o recorte de pesquisados totaliza no máximo 7%, ou seja, até no máximo 2 trilheiros ou menos, utilizam como fontes, normas técnicas e/ou manuais técnicos, bem como materiais científicos, sejam livros, periódicos, revistas e trabalhos acadêmicos. Nota-se que os trilheiros desta pesquisa não conhecem as normas, ou seja, minha hipótese foi negada e sendo esperado que isto altere comportamento em informação do usuário. Percebe-se também que 25%, utilizam documentos cartográficos e que quase 50% ou mais documentos audiovisuais, aplicativos, sites, redes sociais e outros trilheiros.

Deste modo, é necessário estimular um comportamento em informação que faça os trilheiros terem uma competência informacional melhor, a abundância em informação obriga o indivíduo a identificar a informação em diversos pontos de vista.

Na tabela 3 são contemplados às questões enumeradas de 15 a 19, tais questionamentos realizados aos pesquisados, fazem parte dos dados de conteúdo, pesquisa da informação:

Tabela 3 – Porcentagem e total dos resultados obtidos nas perguntas enumeradas 15 a 19

Questão	Porcentagem	Total
15) Qual(is) critério(s) você leva em conta para selecionar uma fonte de informação para a prática do <i>trekking</i>?		
Cobertura - profundidade e amplitude do assunto tratado na fonte	37%	10
Validade - fidedignidade e confiabilidade das informações	59%	16
Autoridade e reputação - especialidade e status do autor	74%	20
Linguagem da fonte – adequação da linguagem ao público-alvo	26%	7
Suporte ao usuário – auxílios aos usuários	15%	4
Facilidade de uso – navegação na fonte	37%	10
16) Em relação aos aplicativos que dão suporte para a prática do <i>trekking</i>, você possui conhecimento em algum destes listados abaixo? (Marque quantas opções forem necessárias).		
Wikiloc	48%	13
Relive	22%	6
Strava	40%	11
MAPS.ME	7%	2
Nenhum	40%	11
17) Quais normas de turismo de aventura, em atividades de montanhismo, que você já leu? (Marque quantas opções forem necessárias).		
ABNT NBR 15285	4%	1
ABNT NBR 15397	7%	2
ABNT NBR 15398	7%	2

Questão	Porcentagem	Total
ABNT NBR ISO 21101	4%	1
ABNT NBR ISO 21102	0%	0
ABNT NBR ISO 21103	7%	2
Nenhuma	89%	24
18) Em sua opinião, qual a importância da aplicação das normas de turismo de aventura, em atividades de montanhismo, para a prática do trekking?		
Extremamente importante	37%	10
Muito importante	41%	11
Moderadamente importante	15%	4
Ligeiramente importante	7%	2
Nem um pouco importante	0%	0
19) Qual(is) a(s) dificuldade(s) que você tem em relação as normas de turismo de aventura, em atividades de montanhismo? (Marque quantas opções forem necessárias).		
Conjunto de regras	7%	2
Formatações específicas	11%	3
Padrão de estruturação	0%	0
Entendimento e/ou compreensão	11%	3
Não possuo/tenho acesso	81%	22
Interpretação	4%	1
Nenhuma dificuldade	7%	2

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Segundo Wilson (2000) baseando-se nos resultados da tabela 3 e à luz do nível micro do comportamento em informação dos trilheiros pela interação com sistemas de informação. Foi constatado, na questão 18, que mesmo se dando muita ou extrema importância na aplicação das normas de turismo de aventura, as questões 17 e 19, refletem que entre 80% e 90% não possuem, tem acesso ou leram alguma norma de turismo de aventura.

Portanto, os questionamentos são vários, há dificuldade de acessar as normas? As normas são pagas o que dificultam seus acessos? Existem limites de acessos? A forma como são comunicadas está acessível a todos? Deste modo, não tem como falar de comportamento em informação e não falar da importância das práticas de leitura, a leitura é uma prática que tem que ser diária para o indivíduo desenvolver a competência informacional, pois, além do acesso à informação é preciso entender as fontes de informação.

Com base em Carvalho (2014) deduz-se na questão 15 que é possível que as pessoas não tenham a percepção do próprio questionamento. Na utilização de critérios adequados para avaliar as fontes de informação, diversos fatores podem influenciar os trilheiros sejam culturais, sociais, nível de instrução, dentre outros.

Os resultados mostram que 48% têm conhecimento do aplicativo *Wikiloc* considerado o mais utilizado por trilheiros, mas que 40% não conhecem nenhum, ainda sim, cabe ressaltar que plataformatização limita a informação, mesmo os

aplicativos sendo ferramentas com ótimos recursos informacionais. Cabe ao trilheiro desenvolver o pensamento reflexivo tomando a iniciativa para ampliar conhecimento e solucionar problemas, entretanto, quanto mais competente o sujeito se percebe, menos ele procura informação.

Como sugestão em futuras pesquisas, observou-se que os critérios dos trilheiros para a seleção de uma fonte são 59% para validade e 74% para autoridade e reputação. Desta forma, existe uma oportunidade para identificar quais são estes conteúdos e se os trilheiros estão atentos as desinformações, tendo em vista que na questão 14 foram indicadas 89% para redes sociais e outros trilheiros como fontes.

Na tabela 4 são contempladas às questões enumeradas de 20 e 21, elas fazem parte dos dados de conteúdo, uso da informação:

Tabela 4 – Porcentagem e total dos resultados obtidos nas perguntas enumeradas 20 e 21

Questão	Porcentagem	Total
20) Selecione as opções que correspondem ao uso dessas informações obtidas para a prática do <i>trekking</i>: (Marque quantas opções forem necessárias).		
Uso para esclarecimento	66%	18
Uso para compreensão do problema	30%	8
Uso instrumental	59%	16
Uso factual	11%	3
Uso projetivo	33%	9
Uso confirmativo	37%	10
21) Qual(is) a(s) dificuldade(s) que você encontra ao utilizar as informações obtidas? (Marque quantas opções forem necessárias).		
Planejamento do meu percurso	22%	6
Compreensão do conteúdo da fonte	7%	2
Aplicação de informações no meu contexto de uso	44%	12
Orientação de uso de equipamentos e sobre localidades	18%	5
Comunicar informações entre colegas trilheiros	26%	7
Não tenho dificuldades	22%	6

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Através dos resultados expostos na tabela 4, na questão 20, salientando que os trilheiros poderiam assinalar mais de uma alternativa, infere-se que os trilheiros usam informação com menores graus de complexidade, ou seja, 66% para esclarecer situações e 59% para uso instrumental de equipamentos. Os dados são menores para confirmar e compreender novos ou antigos problemas, bem como da previsão de algo. O uso da informação constitui a atividade final do processo de necessidade informacional, sendo o comportamento em informação o indicador da competência do indivíduo em relação à gestão e utilização da informação.

Em relação às dificuldades no uso das informações obtidas pelos trilheiros, à questão 21 apresenta que 22% não têm dificuldades, entretanto, 44% possuem na

aplicação das informações em contexto de uso, 26% comunicarem informações entre trilheiros, 22% planejamento, 18% sobre orientação e uso de equipamentos e 7% compreenderem a fonte. Desta forma, é perceptível a falta do letramento informacional. As dificuldades para processar, compreender ou expressar informações, se dão pelas lacunas do pensamento reflexivo como instrumento de aprendizagem significativa, ponto que deve ser estimulado desde a educação básica. Nunca houve tantas pessoas aprendendo tantas coisas ao mesmo tempo e com tantas informações disponíveis em consequência do paradoxo em que cada vez se fracassa mais na tentativa de aprender e colocar em prática o conhecimento. De certa forma foi perceptível que os trilheiros participantes da pesquisa, são pessoas não sabem buscar informação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tinha como objetivo responder a problemática que era o comportamento em informação dos trilheiros a luz das informações normativas relativas a práxis. Assim, pelos dados obtidos, foi permitido identificar como se dá o comportamento destes trilheiros em relação às buscas, pesquisas e uso das fontes de informação relativas ao *trekking*. Avalia-se o trabalho como satisfatoriamente em virtude das respostas obtidas e pretende-se fazer uma reflexão do uso das informações para a prática do *trekking*.

Entre os trilheiros da pesquisa, foram expostas fontes de informação disponíveis para a atividade, porém, de certo modo a percepção foi de que os trilheiros usam informação de forma mais utilitária do que para a expansão dos conhecimentos. Numa pequena analogia, entre mapa (instrumento/produto) e travessia (*trekking*/processo), um trilheiro pode usar um mapa sem referenciar os problemas que existam no percurso ou que outros trilheiros possam ter passado. Os resultados desta pesquisa reforçam que o acesso à informação é o pontapé inicial para a aprendizagem, leitura e aplicação do conhecimento.

Ao pensar neste artigo, o autor que o descreveu tinha uma imagem totalmente diferente em estudar o alinhamento entre as informações normativas sobre *trekking* com os praticantes desta atividade. Porém, com base neste estudo produzido, foi perceptível o afastamento das normas junto aos atores envolvidos.

Desta forma, a partir deste trabalho sugerem-se, estudos e pesquisas futuras

no sentido de reduzir o déficit no acesso e ensino das normas, bem como desenvolver cada vez mais, formas de simplificá-las, facilitando seu acesso, obtenção, instrução e, assim, permitir que os praticantes possam transformar em conhecimento, a informação que está disponível e contida nas normas específicas deste tipo de turismo de aventura.

As informações estão mais excessivas e não param de serem expandidas, principalmente, por redes sociais e avaliar as fontes de informação, identificar o que é falso ou verdadeiro, fidedigno se dá a partir das práticas de leitura, competência leitora e, assim, transformar essas informações em um novo conhecimento para si.

REFERÊNCIAS

ABETA. Normas técnicas no turismo: conheça as principais e veja qual se aplica ao seu negócio. **ABETA**, [São Paulo], 2021. Disponível em: <http://abeta.tur.br/pt/normas-tecnicas-turismo-aventura-brasil/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

ABNT. **ABNT/CB-054**: Comitê Brasileiro de Turismo Secretaria Técnica - Subcomitê Turismo de Aventura. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

ABNT. **História da normalização brasileira**. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

ABNT. **NBR 15285**: turismo de aventura - condutores — competência de pessoal. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

ABNT. **NBR 15397**: turismo de aventura - condutores de montanhismo e de escalada – competências de pessoal. Rio de Janeiro: ABNT, 2006a.

ABNT. **NBR 15398**: turismo de aventura - condutores de caminhada de longo curso – competências de pessoal. Rio de Janeiro: ABNT, 2006b.

ABNT. **NBR 15500**: turismo de aventura - terminologia. Rio de Janeiro: ABNT, 2014.

ANJOS, A. M. **Trilhas interpretativas como ferramenta para a educação ambiental**: uma experiência no parque estadual Dunas do Natal/RN. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

ARAÚJO, C. A. Á. Estudos de usuários da informação: comparação entre estudos de uso, de comportamento e de práticas a partir de uma pesquisa empírica. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 61-78, 2016.

ARAÚJO, C. A. Á. Um mapa dos estudos de usuários da informação no Brasil. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 11-26, 2009.

ARRILLAGA, J. I. **Introdução ao estudo do turismo**. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1976.

AUGUSTI, M. R. A. **Caminhada e estilo de vida**: implicações no lazer e na qualidade de vida. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade) – Instituto de Biociências de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2014.

BASSANI, P. S. Mais que on-line, OnLife... o que você já ouviu falar sobre isso? **Medium**, [s. l.], 2020. Disponível em: <http://medium.com/nisia/mais-que-on-line-onlife-o-que-voc%C3%AA-j%C3%A1-ouviu-falar-sobre-isso-71afed7950df>. Acesso em: 12 mar. 2024.

BORGES, L. Entenda a diferença entre turismo de aventura, ecoturismo e turismo sustentável. **Autossustentável**, [S. l.], 2018. Disponível em: <http://autossustentavel.com/2018/12/diferenca-turismo-de-aventura-ecoturismo-turismo-sustentavel.html>. Acesso em: 18 mar. 2024.

BRASIL. **Ecoturismo**: orientações básicas. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Regulamentação, normalização e certificação em turismo de aventura**: relatório diagnóstico. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2005.

CACHO, A. N. B.; AZEVEDO, F. F. O turismo no contexto da sociedade informacional. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 31-48, 2010.

CÁO, J. S. *et al.* Algoritmos filosóficos e a superação psicopolítica da fakemind: sobre a terapia filosófica da peste emocional. **Revista Scientiarum Historia**, [s. l.], v. 1, p. 10, 2021.

CARVALHO, L. F. A busca pela informação. In: GOMES, S. H. A. (org.). **Letramento informacional**: educação para a informação. Goiânia: CIAR/UFG, 2014. p. 25-50.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

DIAS, M. M. K. Normas técnicas. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 137-152.

FERNANDES, L. A historia do trekking – das caminhadas lúdicas às rotas de longa distância. **Revista Blog de Escalada**, [S. l.], 2019. Disponível em: <http://blogdescalada.com/a-historia-do-trekking/>. Acesso em: 06 abr. 2024.

FERNANDES, L. Afinal o que é montanhismo? Definições práticas de Alpinismo, Andinismo e Himalaísmo. **Revista Blog de Escalada**, [S. l.], 2017. Disponível em: <http://blogdescalada.com/afinal-o-que-e-montanhismo-definicoes-praticas-de-alpinismo-andinismo-e-himalaismo/>. Acesso em: 16 mar. 2024.

FIALHO, J. F. *et al.* Estudo do comportamento informacional dos professores da

Universidade Federal de Goiás. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 7., 2012, Gramado. **Anais** [...]. Gramado: FAURGS, 2012. p. 1 a 15.

FLORIDI, L. Commentary on the online manifesto. *In*: FLORIDI, L. **The online manifesto**: being human in a hyperconnected era. Cham, Suíça: Springer, 2015. p. 21-24.

FREIRE, P. M. O. **As caminhadas e o sujeito-caminhante**: significados e compreensões do ato de caminhar na “natureza”. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.

FREITAS, L. B. **Sistema integrado de avaliação de trilhas**: subsidiando a gestão da visitação em áreas protegidas. 2022. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

GASQUE, K. C. G. D. Arcabouço conceitual do letramento informacional. **Ciência da Informação**, [s. l.], v. 39, n. 3, p. 83–92, 2010.

GASQUE, K. C. G. D.; COSTA, S. M. S. Evolução teórico-metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 39, n. 1, p. 21-32, 2010.

GASQUE, K. C. G. D. **Letramento informacional**: pesquisa, reflexão e aprendizagem. Brasília: UnB, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLD, J. R., REVILL, G. Exploring landscapes of fear: marginality, spectacle and surveillance. **Capital & Class**, [s. l.], v. 27, n. 2, p. 27-50, 2003.

GOMES, K. M. D. **Lazer e esporte na natureza**: uma reflexão sobre a prática da caminhada esportiva mais conhecida como “trekking”. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Federal de Goiás, Uruana, 2013.

INMETRO. O novo modelo brasileiro de normalização. **Pesquisas INMETRO**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-11, 1992.

LIMA, A. B. A. **Aproximação crítica à teoria dos estudos de usuários de bibliotecas**. Londrina: Embrapa/CNPSo; Brasília: Embrapa/SPI, 1994.

MAGALHÃES, A. L. 5 aplicativos para quem gosta de fazer trilhas na natureza. **Canaltech**, [S. l.], 2021. Disponível em: <https://canaltech.com.br/apps/aplicativos-trilhas-natureza/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

MAGRI, T. C. S. *et al.* Mapeamento, classificação e certificação de rotas de trekking em uma área do Parque Nacional da Serra da Canastra (MG). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 645-672, 2018.

MATTES, V. *et al.* Discussões acerca do conceito de trekking. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 22.; CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 9., 2021, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Conbrace, 2021. p. 1-8.

MELO, D. A. *et al.* As práticas informacionais e os estudos contemporâneos sobre competência em informação. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 1-19, 2021.

MENZEL, A.; DREYER, A.; RATZ, J. Trekking tourism as a special form of hiking tourism-classification and product design of tour operators in the german-speaking market. **Journal of Tourism**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 23-46, 2012.

MIECZKOWSKI, Z. **Environmental issues of tourism and recreation**. Lanham: University Press of America, 1995.

MOESCH, M. M. O domínio material e conceitual do turismo. *In*: SEMINÁRIO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 2., 2005, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPTUR, 2005.

NASCIMENTO, N. M.; VITORIANO, M. C. C. P. Comportamento informacional nas organizações: a busca e o uso de informações no processo de avaliação documental. **Ágora**, Florianópolis, v. 27, n. 54, p. 126-157, 2017.

NUNES, A.; OLIVEIRA, D.; WILDHAGEN, G. TRILHAS: motivações e percepções dos participantes de um grupo do estado do Rio de Janeiro. **Revista Augustus**, [s. l.], v. 26, n. 53, p. 63-83, 2021.

OLIVEIRA, S. D. Turismo de aventura: possibilidades, responsabilidades e riscos. *In*: NETTO, A. P.; ANSARAH, M. G. R. **Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas**. Barueri: Manole, 2009. p. 165-178.

OLIVEIRA, T. M. V. Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. **Revista Administração On-line FECAP**, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 1-15, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Anuário de estatísticas do turismo**. [S. l.]: Ed. Madri, 1992.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Turismo internacional: uma proposta global**. Porto Alegre: Bookmann, 2003.

PEREIRA, A. S.; PIMENTEL, G. G. A.; LARA, L. M. Atividades físicas de aventura na natureza: relações entre estilo de vida aventureiro e modo de vida rural para a melhoria da qualidade de vida. **Iniciação Científica CESUMAR**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 112-119, 2004.

QUESTIONÁRIO aos trilheiros. **Google Formulários**, [s. l.], 2024. Disponível em: <https://forms.gle/3Q2uvJyftCcVLYjq5>. Acesso em: 31 mar. 2024.

QUEVEDO, M. **Turismo na era do conhecimento**. Florianópolis: Pandion, 2007.

REUTER, C.; PECHLANER, H. Sustainable trekking tourism development with a focus on product quality assessment – two cases from the indian Himalayas. **Journal of Tourism**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 1-21, 2012.

ROJO-RAMOS, J. *et al.* Trekking tourism in Spain: analysis of the sociodemographic profile of trekking tourists for the design of sustainable tourism services. **Sustainability**, [s. l.], v. 12, n. 21, p. 1-10, 2020.

RÓŻYCKI, P.; DRYGLAS, D. Trekking as a phenomenon of tourism in the modern world. **Acta Geoturistica**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 24-40, 2014.

SCHATTENHOFEN, H. S. **Tourismus**: phänomen. Berlim: UDB, 1911.

SPINK, M.; ARAGAKI, S. S.; ALVES, M. P. Da exacerbação dos sentidos no encontro com a natureza: contrastando esportes radicais e turismo de aventura. **Psicologia: reflexão e crítica**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 26-38, 2005.

SWARBROOKE, J. *et al.* **Turismo de Aventura**: conceitos e estudos de casos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

TALJA, S. Constituting “information” and “user” as research objects: a theory of knowledge formations as an alternative to the information-man theory. *In*: VAKKARI, P.; SAVOLAINEN, R.; DERVIN, B. (org.). **Information seeking in context**. Londres: Taylor Graham, 1997. p. 67-80.

UVINHA, R. R. Tendências para o turismo de aventura no cenário Nacional. *In*: UVINHA, R. R. **Turismo de aventura**: reflexões e tendências. São Paulo: Aleph, 2005. p. 269-300.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo**: impactos, potencialidades e possibilidades. 2. ed. Barueri: Manole, 2014.

WIDMER, G. M. *et al.* As normas técnicas da ABNT sobre turismo de aventura. *In*: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 7., 2010, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2010. p. 1-15.

WILSON, T. D. Human information behavior. **Informing Science**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 49-53, 2000.

WILSON, T. D. On user studies and information needs. **Journal of Documentation**, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 3-15, 1981.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.